



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de abril de 2016, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, ao abrigo do artigo 104.º do RAR.

II PARTE

1. Informações Prévias.

2. Apreciação e votação dos Pareceres da CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Projeto Conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do quadro renovado para a cooperação europeia no domínio da juventude (2010-2018) [COM(2015)429], objeto de Relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputado Autor de Parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa selecionada - sem prazo.

3. Distribuição de iniciativas europeias:

a) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE e que altera os Regulamentos (CE) n.º 1069/2009 e (CE) n.º 1107/2009 [COM(2016)157].

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

- b) Iniciativa selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 17/05/2016. b) Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais na navegação interior e que revoga as Diretivas 96/50/CE e 91/672/CEE do Conselho [COM(2016)82], objeto de Relatórios da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS

Iniciativa selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 18/05/2016.

- c) Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais [COM(2016)106] - Sem relatório.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao BE

Iniciativa não selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 10/05/2016.

- d) Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas [COM(2016)107] - Sem relatório.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao CDS-PP

Iniciativa não selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 10/05/2016.

- e) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 no que respeita ao secretariado do Comité de Fiscalização do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) [COM(2016)113] - Sem relatório.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD

Iniciativa não selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 02/05/2016.

4. **Apreciação do PJR n.º 84/XIII - Estudos de impacto nas negociações comerciais nas Regiões Ultraperiféricas.**



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

5. Grupo Trabalho permanente - Escrutínio de Iniciativas Europeias - ponto de situação, propostas de deliberação e designação de relatores permanentes.

6. Designação da delegação da CAE à LV COSAC, em Haia, nos dias 12 a 14 de junho 2016.

7. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, ao abrigo do artigo 104.º do RAR.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, deu as boas vindas ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, enquadrando a audição e indicou a metodologia a adotar.

Na sua intervenção inicial o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros esclareceu que iria centrar a sua exposição no tema dos refugiados, pronunciando-se, de seguida, sobre o acordo celebrado entre a União Europeia e a Turquia nesta matéria, nomeadamente, no que diz respeito às condições prévias exigidas para a sua celebração, os elementos essenciais do acordo e os reflexos do mesmo na diminuição do fluxo de refugiados e migrantes entre a Turquia e a Grécia. Referiu, ainda, o processo de recolocação, o envolvimento do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a participação de Portugal neste âmbito. Concluiu dizendo que, na perspetiva do Governo, as obrigações da União Europeia face ao direito internacional de asilo exigem uma resposta coletiva e solidária no acolhimento dos refugiados.

Numa primeira ronda de intervenções, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados **Duarte Marques (PSD)** para assinalar os diferentes alinhamentos protagonizados pelo Governo, incidindo sobre a visita do Primeiro-Ministro à Grécia, e



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

para questionar qual o contributo do Governo Português para alterar a situação ineficaz de recolocação dos refugiados, e da razão de ser dos acordos celebrados para este efeito com a Áustria, Alemanha e Suécia; **Manuel Rodrigues (PSD)** expressando preocupação com, no âmbito do plano nacional de reformas, a pouca ambição nas medidas propostas para a geração de emprego, tendo em conta o que tinha sido alcançado em 2015, bem como com o abrandamento da redução da taxa de desemprego, assinalando, ainda, o facto de não estarem previstas medidas para fazer face à questão da dívida externa de Portugal que é uma das maiores a nível mundial; **Vitalino Canas (PS)** para apresentar dúvidas em relação ao acordo celebrado entre a União Europeia e a Turquia, admitindo, no entanto, tratar-se de um acordo inevitável, importante e no global positivo; **Carla Tavares (PS)** para saber mais informações sobre o 3º Pilar Social anunciado no anterior mês de março, nomeadamente sobre o que representaria para a Europa e que ações estariam pensadas no quadro da consulta pública pela União Europeia em curso no ano de 2016; **Isabel Pires (BE)** para pedir esclarecimentos sobre o modelo de implementação do reforço de auxílio financeiro à Turquia para os refugiados, sobre a análise do Governo em relação ao processo de recolocação que tem sido extraordinariamente lento, questionar do ponto de situação relativo ao referendo no Reino Unido para a permanência na União Europeia e da possibilidade de contágio a outros países, tais como a Holanda; **Nuno Magalhães (CDS-PP)**, para manifestar concordância com a perspetiva exposta pelo Senhor Ministro em relação à questão dos refugiados, questionar sobre a posição que o Governo irá adotar para dar execução ao aligeiramento das metas do Programa de Estabilidade e Crescimento e para pedir pronúncia sobre o comentário do Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira, no sentido de que haveriam países que não conseguem cumprir o tratado orçamental; **Ana Mesquita (PS)** para pedir uma perspetiva mais nua e crua sobre o cumprimento dos direitos fundamentais no tratamento dos refugiados, formular críticas ao acordo celebrado entre a União Europeia e a Turquia, saber do destino dos migrantes expulsos da Turquia e da ponderação de criação de rotas seguras para os migrantes, das medidas previstas para o acolhimento das crianças refugiadas em Portugal, bem como para saber a avaliação do Governo em relação ao registo do nome de passageiros (EPNR) na perspetiva da proteção de dados pessoais, referindo, por fim, a preocupação de algumas instituições europeias pelo facto da nova configuração parlamentar ter



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

permitido aprovar um Orçamento de Estado que dá resposta às necessidades mais urgentes dos portugueses.

O Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros agradeceu as questões colocadas às quais respondeu individualmente.

Numa segunda ronda de intervenções intervieram os Senhores Deputados **Duarte Marques (PSD)** para expressar discordância com a referência de que presentemente haveria uma posição mais conciliatória do Governo com os Estados-membros da União Europeia do que antes sucedia, até porque Portugal participava no grupo dos países da coesão, e para perguntar se o Senhor Ministro concordava com a proposta do Presidente do Eurogrupo no sentido de que se considerasse a despesa em função do PIB como referencial para a política orçamental; **Manuel Rodrigues (PSD)** para lamentar as metas pouco ambiciosas apresentadas pelo Governo, depois de uma década de divergência de Portugal com a União Europeia; **Rubina Berardo (PSD)** para saber do posicionamento do Governo em relação às limitações de liberdade de expressão no caso do humorista alemão e ao qual as autoridades alemãs não se opõem a que seja alvo de um processo judicial, numa cedência às pressões de Ancara, bem com para saber da perspetiva dos *stakeholders* portugueses em relação ao TTIP, tendo em conta a conclusão da 13ª ronda das negociações e as declarações de França de que o acordo estaria mais longe do que nunca; **Vitalino Canas (PS)** para referir a situação preocupante em matéria do Estado de Direito na Polónia e que deve suscitar uma posição firme da União Europeia, e para saber das expectativas do Governo em relação à implementação do acordo sobre o registo de passageiros (PNR); **Ana Mesquita (PCP)**, para questionar até que ponto o Governo estaria disponível a discutir os assuntos em geral do Conselho Europeu, para subscrever a afirmação do Senhor Ministro no sentido de que o referendo de junho do Reino Unido é um assunto do eleitorado britânico e para saber das medidas previstas de apoio ao Equador, na sequência do sismo de 16 de abril, nomeadamente no que diz respeito ao Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, após o que Senhor Ministro respondeu conjuntamente às questões suscitadas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Terminadas as intervenções, o Senhor Deputado **Duarte Marques (PSD)** pediu a palavra para um ponto de ordem, pedindo conhecimento de uma carta assinada por oito ministros das finanças da UE com alternativa à proposta do Presidente do Eurogrupo, e para assinalar que o programa de estabilidade tinha vindo à Assembleia da República no ano anterior e de que fora votado, bem como para afirmar não ser compreensível o depoimento do Senhor Ministro na Comissão em relação às reformas sobre as quais tanto dizia terem sido implementadas e importantes, como o seu contrário.

De seguida, o Senhor Deputado **Vitalino Canas (PS)** pediu a palavra também para um ponto de ordem, expressando surpresa pela intervenção do PSD, quando tinha ficado decidido não haver uma 3ª ronda de intervenções, assinalando que o PS fazia uma apreciação da audição como tendo decorrido de forma normal, cabaz nos seus esclarecimentos e de que o Senhor Ministro não fugira às questões colocadas.

O Senhor Ministro esclareceu os últimos aspetos focados, adiantando que a carta referida pelo PSD é pública e que será enviada à CAE, após o que a Senhora Presidente da Comissão encerrou a audição, agradecendo a presença do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

II PARTE

1. Informações Prévias.

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Regina Bastos, deu início à reunião com as seguintes informações:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

- O Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia *Frans Timmermans* visitaria Portugal nos próximos dias 19 e 20 de maio, tendo manifestado interesse em se deslocar à Assembleia da República para reunir com membros da Comissão de Assuntos Europeus no dia 20 de maio (6ª) de manhã.

A Comissão de Assuntos Europeus iria indicar disponibilidade para reunir das 09h00 às 10h00, tendo em conta que é dia de Sessão Plenária.

- De acordo com informação dada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da UE, Dr.ª Maria João Costa, encontra-se já em funcionamento uma sala de leitura do TTIP localizada na Direcção-Geral de Assuntos Europeus no Palácio Cova da Moura.

A consulta dos documentos, na sua língua original, é permitida apenas aos Senhores Deputados, mediante pedido prévio e marcação de hora, não sendo possível fotocopiar documentos, nem levar para dentro da sala dispositivos móveis, sendo a consulta acompanhada.

- Estava prevista uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Mesa e Coordenadores, com uma Delegação do Parlamento Federal da Alemanha (*Bundestag*) para o dia 3 de maio, pelas 11h30.

2. Apreciação e votação dos Pareceres da CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Projeto Conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do quadro renovado para a cooperação europeia no domínio da juventude (2010-2018) [COM(2015)429], objeto de Relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Deputado Autor de Parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa selecionada - sem prazo.

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD a apresentação do Parecer foi adiada para a reunião seguinte da Comissão.

3. Distribuição de iniciativas europeias:

- a) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE e que altera os Regulamentos (CE) n.º 1069/2009 e (CE) n.º 1107/2009 [COM(2016)157].

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado António Ventura.

- b) Iniciativa selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 17/05/2016. b) Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais na navegação interior e que revoga as Diretivas 96/50/CE e 91/672/CEE do Conselho [COM(2016)82], objeto de Relatórios da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS

Iniciativa selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 18/05/2016.

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Carla Tavares.

- c) Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais [COM(2016)106] - Sem relatório.

Iniciativa não selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 10/05/2016.

Esta iniciativa tinha sido enviada à 1ª Comissão que deliberou não escrutinar.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Nos termos do n.º 5 do artigo 7º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações dadas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, a Comissão de Assuntos Europeus poderia decidir elaborar parecer, mesmo não tendo sido produzido relatório. A Senhora Presidente submeteu à consideração da Comissão o interesse no escrutínio da iniciativa, tendo sido deliberado não elaborar parecer.

- d) Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas [COM(2016)107] - Sem relatório.

Iniciativa não selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 10/05/2016.

Esta iniciativa tinha sido enviada à 1ª Comissão que deliberou não escrutinar. Nos termos do n.º 5 do artigo 7º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações dadas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, a Comissão de Assuntos Europeus poderia decidir elaborar parecer, mesmo não tendo sido produzido relatório. A Senhora Presidente submeteu à consideração da Comissão o interesse no escrutínio da iniciativa, tendo sido deliberado não elaborar parecer.

- e) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 no que respeita ao secretariado do Comité de Fiscalização do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) [COM(2016)113] - Sem relatório.

Iniciativa não selecionada - Protocolo 2 - prazo para envio 02/05/2016.

Esta iniciativa tinha sido enviada à 1ª Comissão que deliberou não escrutinar. Nos termos do n.º 5 do artigo 7º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações dadas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, a Comissão de Assuntos Europeus poderia decidir elaborar parecer, mesmo não tendo sido produzido relatório. A Senhora Presidente submeteu à consideração da Comissão o interesse no escrutínio da iniciativa, tendo sido deliberado não elaborar parecer.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

4. Apreciação do PJR n.º 84/XIII – Estudos de impacto nas negociações comerciais nas Regiões Ultraperiféricas (PSD).

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD a apreciação do PJR n.º 84/XIII foi adiada para a reunião seguinte da Comissão.

5. Grupo Trabalho permanente - Escrutínio de Iniciativas Europeias – ponto de situação, propostas de deliberação e designação de relatores permanentes.

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho permanente – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), apresentou o ponto de situação dos trabalhos, assinalando, nomeadamente, terem sido já distribuídos aos membros do Grupo de Trabalho projetos de regulamento interno, de pareceres-tipo e de nota técnica, bem como o facto de estar a ser elaborada a apresentação gráfica da nova metodologia de escrutínio.

Referiu, ainda, não ter sido possível o Grupo de Trabalho ter já uma nota de uma *Monday Morning Meeting* para apreciar, o que deveria concretizar-se na semana seguinte, após o envio da mesma pela Representante permanente da AR junto da UE, dando também conta das diligências em curso com vista à solução informática mais adequada para o Portal das Iniciativas Europeias.

Por fim, apresentou uma proposta de deliberação à Comissão, de modo a assegurar os objetivos visados com a aprovação da nova metodologia de escrutínio até à respetiva implementação prática. Assim, até ao dia 1 de junho, data prevista para a implementação da nova metodologia de escrutínio, a distribuição de iniciativas europeias deveria obedecer à seguinte priorização em relação a projetos de: 1.º atos legislativos enviados à Assembleia da República ao abrigo do Protocolo 2 (relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade); 2.º atos legislativos selecionados – Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE); 3.º atos não legislativos ou não selecionados – que são enviados às Comissões para conhecimento.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

A Senhora Presidente agradeceu o ponto de situação dado pelo Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho e, uma vez colocada à votação da Comissão, registou a unanimidade dos presentes em relação à proposta de deliberação apresentada, relembrando, por fim, a importância da Comissão designar os relatores permanentes, processo que deveria concluir-se na reunião seguinte da CAE.

6. Designação da delegação da CAE à LV COSAC, em Haia, nos dias 12 a 14 de junho 2016.

A Senhora Presidente da Comissão anunciou a abertura de inscrições para a LV COSAC até ao dia 20 de maio, devendo indicar-se a composição da Delegação da CAE.

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) pediu a palavra para recordar discussão anterior relativamente à designação de delegações da Comissão de Assuntos Europeus a reuniões e conferências interparlamentares, tendo o PS apresentado uma proposta que permitisse a participação nas delegações da CAE de Deputados do BE ou do PCP.

A Senhora Presidente esclareceu que o assunto foi presente à Conferência de Líderes que ainda não se pronunciou. Disse, ainda, que a equipa de apoio à CAE iria distribuir o histórico relativo às Delegações da CAE à COSAC e que seria retomada a discussão do assunto na reunião seguinte.

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de abril de 2016.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Gameiro
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Edite Estrela
Eurico Brilhante Dias
Inês Domingos
Isabel Pires
Manuel Rodrigues
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Nuno Magalhães
Paula Santos
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas
Ana Mesquita
António Cardoso
António Ventura
Fernando Virgílio Macedo
Jorge Moreira da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carlos Pereira
Francisca Parreira
Moisés Ferreira
Pedro Mota Soares